



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



A governança metropolitana e a problemática da fragmentação socioespacial nas metrópoles brasileiras: caso da metrópole de São Paulo

Wisnel Joseph

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (PPG -PGT/ UFABC)

Gerardo Alberto Silva

Professor no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (PPG- PGT/ UFABC)

Sessão Temática: ST-03: Redes de cidades e a questão metropolitana no Brasil.

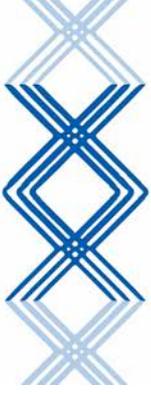
Resumo: Este trabalho procura problematizar os desafios metropolitanos enfrentados pela incapacidade da governança metropolitana de estabelecer a equidade social nas metrópoles brasileiras, particularmente em São Paulo. Pergunta-se, portanto, como uma boa governança metropolitana pode ajudar a diminuir a fragmentação socioespacial nas metrópoles? De fato, a metrópole é conhecida por sua grande responsabilidade administrativa, política e social dominante em relação a outras cidades. Entre os problemas criados pela metrópole, a fragmentação socioespacial é um deles e pode ser explicada pelas transformações do espaço urbano que surgem das diferenças sociais, econômicas e culturais estabelecidas. A cidade de São Paulo, além de ser uma metrópole mundial, também é muito desigual na distribuição de bens e serviços, bem como no acesso a serviços sociais básicos, infraestruturas, etc., onde a desarmoniosa relação centro-periferia é observada na urbanização fragmentada com bairros fechados e compactos, diferenciando as classes ricas e as massas. Diante de tal situação, a governança metropolitana parece ter falhado em sua missão de estabelecer abordagens inclusivas e sustentáveis no interesse de todos para uma melhor qualidade de vida das populações, independentemente da classe social, etnia e religião.

Palavras-chave: Metrópole; Fragmentação socioespacial; São Paulo; Desigualdade socioespacial; Segregação socioespacial.

Metropolitan governance and the problem of socio-spatial fragmentation in Brazilian metropolises: the case of the metropolis of São Paulo

Abstract: This paper seeks to problematize the metropolitan challenges faced by the inability of metropolitan governance to establish social equity in Brazilian metropolises, particularly in São Paulo. It is asked, therefore, how can good metropolitan governance help decrease socio-spatial fragmentation in metropolises? In fact, the metropolis is known for its great administrative, political and social dominant responsibility in relation to other cities. Among the problems created by the metropolis, socio-spatial fragmentation is one of them, and can be explained by the transformations of urban space that arise from the established social, economic and cultural differences. The city of São Paulo, besides being a global metropolis, is also very unequal in the distribution of goods and services, as well as in the access to basic social services, infrastructure, etc., where the disharmonious center-periphery relationship is observed in the fragmented urbanization with closed and compact neighborhoods, differentiating the rich classes and the masses. Given such a situation, metropolitan governance seems to have failed in its mission to establish inclusive and sustainable approaches in the interest of all for a better quality of life of the populations, regardless of social class, ethnicity and religion.

Keywords: Metropolis; Socio-spatial fragmentation; São Paulo; Socio-spatial inequality; Socio-spatial segregation.



ENAN PUR 2023

Belém 22 a 26 de maio



La gobernanza metropolitana y el problema de la fragmentación socioespacial en las metrópolis brasileñas: el caso de la metrópolis de São Paulo

Resumen: Este trabajo trata de problematizar los desafíos metropolitanos ante la incapacidad de la gobernanza metropolitana para establecer la equidad social en las metrópolis brasileñas, especialmente en São Paulo. Por lo tanto, se pregunta cómo puede la buena gobernanza metropolitana contribuir a disminuir la fragmentación socioespacial en las metrópolis? De hecho, la metrópoli es conocida por su gran responsabilidad administrativa, política y social dominante en relación con otras ciudades. Entre los problemas creados por la metrópoli, la fragmentación socioespacial es uno de ellos y se explica por las transformaciones del espacio urbano derivadas de las diferencias sociales, económicas y culturales establecidas. La ciudad de São Paulo, además de ser una metrópolis global, es también muy desigual en la distribución de bienes y servicios, así como en el acceso a los servicios sociales básicos, infraestructuras, etc., donde la relación desarmónica centro-periferia se observa en la urbanización fragmentada con barrios cerrados y compactos, diferenciando las clases ricas y las masas. Ante esta situación, la gobernanza metropolitana parece haber fracasado en su misión de establecer enfoques inclusivos y sostenibles en interés de todos para una mejor calidad de vida de las poblaciones, independientemente de la clase social, la etnia y la religión.

Palabras clave: Metrópolis; Fragmentación socio-espacial; São Paulo; Desigualdad socio-espacial; Segregación socio-espacial.

I. Introdução

O rápido crescimento que acompanha o processo da urbanização e a metropolização no mundo é impulsionado pela globalização, da qual o Brasil está cada vez mais presente. No Brasil, como em outros países, a globalização é um poderoso fator de diferenciação das cidades que valoriza aquelas que têm a capacidade de ocupar seu lugar entre os "lugares" mais atraentes (CARRIÈRE & MORA, 2014). A Metrópole ao longo do século XIX passou a ser considerada como um termo polissêmico sujeito a diferentes interpretações e evolui com o tempo. Ela é a cidade à qual é atribuída uma grande responsabilidade administrativa, política e social, e que é dominante em relação a outras cidades e regiões. Segundo Gras (1974), o aspecto fundamental da metrópole não é seu tamanho ou estrutura, mas sua força funcional na forma como concentra o comércio de uma grande área, como um ponto de convergência de produtos comerciais e agrícolas (FRESCA, 2011) e mais ainda no contexto brasileiro, a metrópole concentra grande parte da população, das forças econômicas e os mais prementes problemas sociais e urbano-ambientais (CAMPOS et al. 2016).

Devido a seu tamanho, seu crescimento ininterrupto, suas fraturas sociais e espaciais, suas características econômicas, suas dimensões institucionais, as regiões metropolitanas representam desafios sem precedentes em termos de governança (SELLERS & HOFFMANN- MARTINOT, 2008). No contexto brasileiro, segundo Carrière & Mora (2014), "o reforço das desigualdades sub-metropolitanas está na origem do processo de fragmentação socioespacial, que se expressa pela concentração das populações mais ricas em lugares exclusivos e seguros, aos quais os mais pobres só têm acesso na medida em que realizam tarefas materiais em benefício dos primeiros (trabalhadores domésticos, jardineiros, etc.)". Para Santos (2016), as "regiões metropolitanas" são um tipo complexo de arranjo populacional que representa um fenômeno independente

da lei, e que os desafios de sua gestão exigem soluções jurídicas e institucionais para atrair a atenção dos juristas.

As metrópoles são fatores de grandes problemas relacionados à diversidade espacial, econômica e social, onde nem todos têm o mesmo acesso à infraestrutura urbana e às mesmas condições sociais de vida. Um dos desafios considerados neste trabalho é a fragmentação socioespacial e a gentrificação que diferenciam as classes sociais do território de acordo com sua economia, origem, raça e cultura. Considerando a polissemia do conceito "fragmentação" (SPOSITO & SPOSITO, 2020) na medida em que é atribuída a vários conteúdos, às vezes utilizados para analisar a dinâmica geral em escala global, às vezes como forma de explicar mudanças nas formas de estruturação espacial das cidades, numa miríade de possibilidades e situações espaciais. Neste trabalho, ele é usado para descrever e explicar as transformações do espaço urbano que surgem das diferenças sociais, econômicas e culturais estabelecidas (RAMÍREZ; SAINZ, 2013).

A fragmentação também é utilizada neste trabalho para se destacar de uma leitura do espaço urbano que leva em conta os fatores que transformam a cidade em uma espécie de mosaico, com cores e formas contrastantes compostas de "pedaços da cidade" ocupados alternadamente por populações abastadas ou, ao contrário, por aquelas em grande precariedade (CARRIÈRE & MORA, 2014). Com a evolução do capitalismo, houve uma mudança de um sistema rural para um sistema urbano levando à organização espacial do próprio sistema, em detrimento do sistema rural. O capital procura manter o espaço através de seu poder político e econômico, especialmente nas grandes metrópoles, criando condições para manter grupos sociais já vulneráveis à dependência de sua força de trabalho com salários de subsistência, o que ainda é considerado um grande desafio para a governança metropolitana em países do sul, como o Brasil.

Estas mudanças devido às novas formas de economia são fatores transformadores da sociedade e da estrutura do espaço urbano. As metrópoles enfrentam desafios de concentração urbana, problemas de mobilidade, aumento da pobreza, degradação ambiental, segregação social e territorial, que a governança metropolitana deveria empreender ações rápidas para enfrentar, embora não seja fácil. No Sul, as áreas metropolitanas estão crescendo a um ritmo sem precedentes, onde os habitantes rurais contribuíram consideravelmente para este crescimento devido à falta de emprego, degradação ambiental e pobreza (SELLERS & HOFFMANN-MARTINOT, 2008).

Diante destes múltiplos desafios, especialmente a fragmentação socioespacial, deve-se pensar em um modelo de governança metropolitana capaz de reduzir a taxa de desigualdade socioespacial nas metrópoles e a precariedade social dos grupos marginalizados. Neste trabalho, buscamos problematizar os desafios metropolitanos diante da incapacidade da governança metropolitana de estabelecer equidade social nas metrópoles brasileiras, especialmente em São Paulo.

De fato, este artigo não aborda todos os aspectos da fragmentação socioespacial e da governança metropolitana no Brasil, mas se limita ao caso da metrópole de São Paulo, sem excluir outros casos. Normalmente, a governança metropolitana na sua missão deve lidar com o crescimento ininterrupto da

continua o autor. No que se refere aos lucros do setor bancário, no ano de 2000 permaneceram em São Paulo 87% dos lucros gerados em todo país". Podemos dizer que, obviamente, este rápido crescimento do capital financeiro e da urbanização tem a capacidade de dar origem a novos espaços sociais, quando por razões de pobreza, falta de emprego e de infraestrutura, muitas pessoas migrarão para a cidade em busca de emprego e de melhores condições de vida. Portanto, esta reprodução socioespacial anda de mãos dadas com a reprodução econômica, na medida em que este espaço mudou seu papel na economia urbana.

A reprodução de tal sociedade vai de mãos dadas com os avanços econômicos em um contexto globalizado sob o controle do capitalismo baseado apenas no interesse próprio, criando uma espécie de desequilíbrio socioespacial chamado "fragmentação socioespacial" que desafia a governança. Sabemos que o capitalismo é um gerador de desigualdade social e não sem razão, apesar da riqueza produzida pela metrópole, muitas pessoas vivem nas ruas e ao lado dos arranha-céus estão bairros precários, favelas, etc. Portanto, estes aspectos de fragmentação e segregação socioespacial, segundo Ramírez & Sainz (2013), são devidos à diferenciação social, identidade social e territorial, que eles também reconheceram como um fenômeno de metropolização intimamente ligado à segregação social e espacial, pobreza, polarização e insegurança.

Esse trabalho parte de uma revisão bibliográfica crítica analisando os desafios da governança metropolitana de estabelecer a equidade social e diminuir a taxa de desigualdade socioespacial nas grandes metrópoles do Brasil, especialmente São Paulo. De fato, ele é dividido em quatro partes: na primeira parte é feita a apresentação do tema metrópole, fragmentação socioespacial e também a cidade de São Paulo como metrópole. A segunda parte apresenta-se a metrópole como criadora de problemas dificultando a eficiência da governança metropolitana. Tais problemas criados pela metrópole são desafiadores para a sua própria governança. Na terceira parte do trabalho é discutido a fragmentação socioespacial e a metrópole de São Paulo onde é debatida a questão da segregação socioespacial, gentrificação o reconhecimento de São Paulo como metrópole muito desigual, isto, considerando pesquisas que debateram essa questão. A quarta parte são as considerações finais nas quais São Paulo foi considerada altamente fragmentada com relação desarmoniosa entre centro-periferia deixando marcas visíveis nas diferenças classes sociais da sociedade.

II. A governança metropolitana frente os desafios criados pela metrópole

Esta parte do trabalho consiste em destacar os diferentes problemas criados pela metrópole que desafiam sua governança. Há muito tempo, estamos enfrentando uma rápida expansão das cidades que geram muitas preocupações tanto sociais, ambientais como espaciais, na perspectiva da governabilidade. É consenso que muitos dos problemas enfrentados pelas metrópoles não recebem a atenção das autoridades públicas, e os desafios da governança das metrópoles variam de região para região e de país para país. Nesse sentido, Sellers & Hoffman-Martinot (2008), estudaram a evolução da população urbana desde 1800 até a revolução industrial nos séculos XIX e XX onde a cidade passou a ser uma fonte de oportunidade, meio de ganhar a vida.

Em 1800, apenas 2% da população mundial vivia em cidades, o que começou a diferir 5 anos depois quando alguns africanos e índios se mudaram para a cidade, movimento que ia ser reforçado com a Revolução Industrial por volta dos séculos XIX e XX, que mudou os dados, onde as cidades do Norte e do Sul passaram a ser o meio de ganhar a vida (SELLERS & HOFFMAN-MARTINOT, 2008).

Na América Latina, a maioria da população é urbana e de acordo com as projeções da ONU, até 2030, 90% será urbana. Esta transição urbana aumentou as demandas por uma melhor consideração de fatores urgentes como infraestrutura, moradia, conflitos, emprego, segurança, problemas de desigualdade social, degradação ambiental entre outros, o que exigiria muitos recursos econômicos e administrativos para enfrentá-los. Neste contexto, Frey (2012) analisou as grandes transformações sofridas das metrópoles latino americanas devidas na expansão territorial que levaram a grandes problemas sociais na perspectiva de buscas de oportunidades econômicas.

As metrópoles da América Latina sofreram grandes transformações com referência à expansão territorial e agravamento dos problemas sociais, mais ainda com a falta de infraestrutura básica e a exploração de oportunidades econômicas, o que aumenta a necessidade de respostas metropolitanas reais e coletivas a estes novos desafios comprometendo o bem-estar das populações das regiões metropolitanas (FREY, 2012)

É óbvio que hoje, a questão das cidades globalizadas ou internacionais é objeto de grandes debates tanto no nível político quanto científico. com o desenvolvimento de grandes fluxos comerciais e econômicos, a instalação de empresas internacionais, essas cidades crescem e se tornam atraentes a receber grandes fluxos migratórios com potencialidade de influenciar severamente o espaço socioespacial das cidades para os quais deveriam formular planos sustentáveis para uma melhor abordagem de gestão das cidades. Parece que existe uma ligação muito forte entre globalização e as metrópoles, que é também uma aventura urbana na qual a globalização, segundo Jouve (2002), tem efeitos sociais mais atuais sobre as metrópoles, tais como "exclusão social, novos movimentos sociais, transformações nas relações de trabalho, reestruturação física do espaço, etc."

O conjunto de desafios aos quais a metrópole está ligada torna muito complexa a gestão e, portanto, vêm os desafios para elaborar um plano ou um modelo de governança eficiente. Na América Latina, as metrópoles são conhecidas por serem "densas, complexas, compactas, menos fragmentadas geograficamente, mas afetadas por disparidades entre bairros ricos e pobres com maior insegurança (SELLERS & HOFFMAN-MARTINOT, 2008)". A governança metropolitana deve ser adaptada à realidade do fenômeno que temos diante de nós. A própria ideia da governança metropolitana rege na inclusão e na participação de todas as camadas da sociedade (instituições privadas e públicas, sociedade civil, etc.), levando em conta a diversidade social, a fim de combater a pobreza, a desigualdade social e as cenas de crime e perseguição com base na origem, classe social e religião das pessoas.

De acordo com Gomà (2019), a maioria da população mundial vive em cidades e estas vivem em metrópoles, o que torna a governança urbana mais problemática diante dos múltiplos desafios à gestão ambiental, mobilidade sustentável, energia renovável e a redução das desigualdades sociais e da segregação residencial. Já se sabe que a metrópole é o fator que produz a

fragmentação, como reconhecem Ramírez & Sainz (2013): "a fragmentação urbana está ligada ao fenômeno da metropolização".

De fato, a metropolização é tratada como um processo de urbanização rápida, de expansão urbana com foco periférico em grupos sociais marginalizados com acesso limitado à infraestrutura urbana em comparação com as áreas centrais da metrópole. Esta industrialização cria uma espécie de separação entre o centro e a periferia como uma particularidade da metrópole em construção (CARLOS, 2009), o que aumenta a alta taxa de desigualdade social, econômica e espacial dentro da sociedade. O sistema capitalista já colocou tudo em prática para explorar mão-de-obra barata, sem poder oferecer moradia digna a essas populações periféricas, que dependem da venda diária de sua força de trabalho.

Sposito & Sposito (2020) em seu trabalho citou o trabalho de Navez-Bouchanine (2002, p. 59-60) no qual descreveu as cidades do sul como "formando uma espécie de mosaico de quebra-cabeças com separações visíveis de infraestruturas (qualidade de vida e a Natureza delas) prevalecendo o papel da distância, separação e desarticulação entre elas, e com a incidência de gigantescos negócios informais". Os desafios criados pelas metrópoles são tão enormes que parece que as regras das políticas urbanas destinadas a ações de desenvolvimento para o bem-estar da população passaram despercebidas, enquanto a taxa de desigualdade socioespacial está crescendo cada vez mais. Partimos de um fenômeno de exclusão pela força e interesse onde os mais fracos são expulsos das áreas centrais para a periferia.

Estes são os desafios metropolitanos que a governança deve levar em conta. A governança metropolitana deve procurar conciliar a metrópole com o bem-estar de seus moradores, procurando erradicar a pobreza, a segregação socioespacial, manter a equidade social e a segurança para todos. A atual governança metropolitana se concentra na competição do desenvolvimento econômico territorial desigual sem levar em conta sua visão de melhorar as condições de vida e coordenar as ações entre todas as camadas da sociedade com estratégias que visem um mercado competitivo e o bem-estar coletivo.

III. A fragmentação socioespacial e a metrópole de São Paulo

Durante décadas, a urbanização tem sido uma questão importante para as sociedades, ao ponto de ter sido classificada como o fenômeno contemporâneo mais importante. De acordo com o Relatório das Nações Unidas sobre Urbanização Mundial (2018), o futuro da população mundial é urbano, com mais da metade da população mundial vivendo em cidades (55% contra 30% em 1950), a urbanização está determinando a distribuição espacial da população mundial. Fatores como crescimento populacional, envelhecimento da população, globalização e migração internacional são fatores determinantes nesta transição urbana, na qual as previsões apontam para um aumento de 2,5 bilhões de habitantes da cidade entre 2018 e 2050, com quase 90% deste aumento concentrado na Ásia e na África.

A urbanização em si não é problemática, ao contrário, é um fator de desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental, dependendo de como é gerenciada. O desempenho das grandes cidades depende do tipo de gestão e das estratégias implementadas para minimizar a degradação ambiental, a poluição que pode afetar a sustentabilidade, minimizar a taxa de desigualdades

socioespaciais e erradicar a pobreza. Uma boa política de gestão urbana sustentável, de acordo com o Relatório das Nações Unidas (2018), pode ajudar a garantir o compartilhamento justo das vantagens da urbanização no espírito do Artigo 11 das Metas de Desenvolvimento Sustentável, que exige "cidades inclusivas, seguras e sustentáveis". Assim, o Relatório apontou que:

[...] É notável que a urbanização sustentável exige que as cidades gerem renda adequada e oportunidades de emprego decente, forneçam a infraestrutura necessária para água e saneamento, energia, transporte e comunicação, moradia e serviços, minimizem o número de pessoas vivendo em favelas e mantenham um ambiente saudável na cidade e em seus arredores (UNITED NATIONS,2018).

Na América Latina, como no Brasil e em vários lugares, a fragmentação socioespacial diferenciada pelo poder político, econômico e social constitui um dos maiores desafios da metrópole criando uma espécie de separação visível desigual entre as classes sociais no território. O caso da América Latina é considerado no trabalho de Legroux (2021), no qual foram observados na Venezuela casos de aumento da autossegregação e da vulnerabilidade com foco na pobreza-globalização (CARIOLA e LACABANA, 2001); em Buenos Aires, fatores como pobreza e violência são considerados determinantes na criação de novas formas de segregação (PRÉVOT-SCHAPIRA, 2001).

De fato, o caso de Santiago do Chile foi estudado por Hidalgo e Borsdorf (2011) onde foi observada uma "nova característica de fragmentação espacial": a aparição de edifícios altos e bairros residenciais totalmente afastados do resto da cidade por muros, barreiras e instalações de segurança onde os bairros cerrados se manifestam como expressão, igualmente, da globalização (LEGROUX,2021). O outro caso foi o da metrópole da Cidade do México, onde Duhau e Giglia (2016) analisaram a fragmentação para descrever a complexidade e a criação de novas formas de produção urbana em função do crescimento econômico e da explosão da informalidade urbana (LEGROUX, 2021).

O Brasil do seu lado não é diferente dos outros casos precitados quando o Villaça (2011) sinalizou outro aspecto que caracteriza a segregação urbana das metrópoles brasileiras como a desigualdade. Ele entende tal desigualdade como: "o enorme desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres." Taschner & Bógus (2001) do seu lado reconheceram a cidade de São Paulo como aprofundamento marcada pela desigualdade social. São Paulo ganhou destaque de se tornar um dos maiores centros industriais na América Latina a partir do meado do século XIX com a sua revolução econômica. Daí, ele passou a ser uma das maiores aglomerações urbanas na região, maior centro demográfico e intelectual do país.

Desse crescimento econômico surgiram casos de desigualdade social e segregação socioespacial de acordo com a cor da pele, classe social e educação. Tal aspecto é relatado por Taschner & Bógus (2001), "em São Paulo a associação cor-pobreza-periferia parece nítida, os distritos mais pobres são os que apresentam maior proporção de não-brancos, os distritos com presença significativa de não-brancos apresentam escolaridade e renda mais baixas" (TASCHNER & BÓGUS, 2001).

Villaça (2011) debateu a segregação socioespacial nas cidades. Ele descreveu a segregação como "a forma de exclusão social e de dominação que

tem uma dimensão espacial”. Considerando o aspecto social da segregação, o autor dividiu a sociedade metropolitana como São Paulo em duas classes sociais que ele chamou “os mais ricos” ou “as camadas de mais alta renda”, e os mais pobres ou os de “mais baixa renda”. Com relação à repartição espacial dessas distintas classes sociais, o autor verificou “uma concentração excepcional das classes de mais alta renda” em uma região específica da cidade. A partir do entendimento da segregação e fragmentação, Ramírez & Sainz (2013) confirmaram a estreita ligação entre os dois conceitos quando disseram que “a segregação se expressa mais como um fenômeno social, enquanto a fragmentação se refere a um fenômeno espacial”.

Os processos territoriais observados na América Latina demonstram consistentemente uma fragmentação da escala espacial, bem como a globalização da precariedade na sociedade (MONROY, 2015). Esta precariedade pode ser explicada na leitura de Sposito (2017), como “a discriminação feita aos pobres, sejam eles trabalhadores ou não aos quais se destinam os espaços desvalorizados e abandonados da cidade, como ruas, praças e parques além de bairros periféricos tão distantes quanto possível do tecido urbano”. A cidade de São Paulo é considerada como a cidade mais importante em termo da modernização industrial no Brasil e na América Latina, e sua reprodução socioespacial pode ser vista como a consequência do seu crescimento econômico capitalista, marcado pela desigualdade social e espacial na sua configuração territorial.

Está claro no trabalho do sociólogo Veiga & Rivoir (2003) citado por Ramírez & Sainz (2013) no qual ele explica a importância da relação entre espaço e comportamento humano como uma manifestação de identidade territorial. Neste sentido, eles argumentam que:

Na medida em que o comportamento humano se baseia em uma fração espacial, o fenômeno da fragmentação não é apenas fração espacial, mas também uma consequência da desigualdade social, mas é parte de um processo de identificação territorial, baseado em características territoriais, de identificação territorial, com base nas características culturais e estilos de vida dos habitantes (VEIGA & RIVOIR (2003) Apud, RAMÍREZ & SAINZ, 2013).

Tal desigualdade está intimamente relacionada com os diferentes padrões de vida da população. A cidade de São Paulo, seu progresso econômico e industrial nas últimas décadas, vale várias mudanças em sua configuração territorial, onde de acordo com Marques (2014), “São Paulo continua sendo intensamente segregada com um claro padrão de evitação entre grupos sociais posicionados nos polos da estrutura social”.

De fato, de acordo com Bógus & Pasternak (2015), a cidade de São Paulo tornou-se a metrópole de serviços em relação ao seu papel como cidade, quando passou de metrópole nacional para metrópole global. As características econômicas e demográficas da metrópole de São Paulo a transformaram em uma zona de atração e expulsão da população com um mercado de trabalho dinâmico e desigual, continuam os autores. O crescimento econômico da metrópole de São Paulo levou a uma forte demanda por moradia devido à oferta de empregos derivados de seu crescimento industrial. Desde então Pasternak & Bógus (2015) explicaram a ocorrência de “um enorme contingente de migrantes, que não foi acompanhado por políticas de provisão de infraestrutura e moradia, fazendo com que os despossuídos se alocassem nos segmentos espaciais

pouco infra estruturados, deixando os núcleos urbanos, bem providos, para camadas mais abastadas”, e constituiu-se em uma vasta periferia resultante na autoconstrução na lote própria, com grande parte da produção industrial concentrada no tecido metropolitano (MARICATO, 1979, Apud PASTERNAK & BÓGUS,2015) .

Na leitura de Ramírez & Sainz (2013), a segregação urbana ocorre através da autoexclusão por meio da construção de residências fechadas em busca de segurança, privacidade e status socioeconômico. Na visão de Carlos (2009), a inserção de São Paulo no mercado global, uma vez passada sua hegemonia de capital industrial para capital financeiro, revela a produção de um novo espaço no processo de urbanização, esta é a expansão do capitalismo. O autor diferenciou o que pareceria aos olhos dos observadores em São Paulo no plano paisagístico, revela na realidade os espaços e tempos da contradição entre os espaços integrados à economia global e os das imensas áreas periurbanas subordinadas em fase de desintegração. Isto permitiu que a urbanização ocorresse como uma explosão da cidade, forçando os trabalhadores às vastas áreas periurbanas sem infraestrutura e acesso à moradia digna. Neste sentido, o autor avaliou tal tipo de urbanização profundamente ilegal, criando uma espécie de separação entre o centro e as áreas periurbanas que caracterizam a metrópole.

Assim, o conjunto de fatores ligados ao crescimento econômico da metrópole de São Paulo em um contexto capitalista provocou uma reprodução socioespacial desigual. De fato, destacaram-se problemas de alta concentração populacional; as desigualdades sociais e econômicas; a baixa qualidade dos serviços e da infraestrutura, entre outras criando um desequilíbrio no território. Este desequilíbrio socioespacial levou ao setor informal tanto no comércio quanto na moradia, com muitos trabalhadores que há muitos anos estão cansados de vender sua força de trabalho por um salário miserável, mas que não conseguiram mudar suas condições de vida socioeconômicas, e decidiram se lançar no comércio de rua (informal) com a perspectiva de cuidar melhor de suas necessidades básicas com suas famílias. Neste contexto, deveria haver uma política de governança capaz de pensar sobre estes grupos marginalizados da sociedade, a fim de criar uma espécie de equilíbrio social que possa levar a uma melhor compreensão da metrópole.

IV. Considerações finais

Como vimos, a metrópole é um fator de produção da desigualdade social, e esta desigualdade está às vezes intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista na concentração da riqueza produzida pela exploração da força de trabalho periférica sob domínio alheio (CATALÃO,2014). O processo de reprodução espacial da cidade de São Paulo é caracterizado por seu crescimento econômico nas últimas décadas em sua passagem de uma metrópole nacional para uma metrópole global. É produzido pelo capitalismo na exploração de mão-de-obra barata, sem pelo menos poder oferecer uma melhor condição de vida para estes trabalhadores. Neste caso, São Paulo é conhecida como amplamente segregada, diferente de outras metrópoles do Brasil e da América Latina (VILLAÇA, 2000; CARVALHO et al. 2004). As múltiplas transformações ocorridas no espaço de São Paulo provam maior

homogeneidade nas áreas habitadas pelas elites, uma heterogeneidade tendeu a aumentar nas periferias (MARQUES,2014).

Os diferentes problemas criados pela metrópole, incluindo a fragmentação socioespacial, têm colocado enormes desafios à sua governança, além de outros problemas relacionados à gestão ambiental, concentração urbana e populacional, informalidade, insegurança, etc. A ideia central da governança metropolitana seria dirigir as ações no território de forma equitativa, inclusiva e sustentável, no interesse de todos para uma melhor qualidade de vida das populações onde os direitos e oportunidades são garantidos para todos, apesar das diferenciações de classes sociais e um melhor cuidado com o meio ambiente. Chegamos de fato a perceber o contrário na maioria dos casos em que a governança metropolitana parece ser incapaz de satisfazer seu alcance. Devido à dinâmica da metrópole e seus efeitos socioespaciais, as reformas de governança estão sempre em consideração, mas em alguns casos nem sempre são capazes de resolver os grandes problemas relacionados à desigualdade socioespacial.

No Brasil, na maioria de suas grandes cidades, incluindo São Paulo, é visível o grau de desigualdade existente entre as classes sociais, nas relações centro-periferia, fazendo acreditar no que poderia ser chamado de desenvolvimento escondido, mascarado onde atrás dos arranha-céus são encontrados bairros precários e desprivilegiados. A tendência é que os pobres sejam agrupados em grande número na periferia, em bairros precários configurados por construções compactas, sem locais de lazer onde enfrentam regularmente cenas de insegurança, estupros, etc. O que é alimentado pela má distribuição de riqueza e de serviços públicos na dimensão socioespacial dentro da metrópole.

Se a cidade foi concebida como um espaço de troca, produção e proximidade, lazer, coletivo, de festividade, hoje em dia é diferenciada. Isso, de acordo com diferenças sociais, econômicas, étnicas e culturais, onde grupos sociais concentram em bairros fechados, condomínios, com mais riquezas, mais poderes políticos querem se separar dos bairros pobres, periféricos, marginalizados (CATALÃO,2014). São Paulo como metrópole mundial é marcada por partições espaciais inadequadas. Muitas vezes em busca de oportunidade de trabalho, muitas pessoas têm entrado na cidade e não têm a condição de se dar um apartamento que parece muito caro, e se lançam no setor informal quando a governança também não ajuda neste aspecto.

Enfim, a desigualdade socioespacial do Brasil deve-se à má distribuição da riqueza e dos bens no território nacional e deve ter influência significativa na reprodução socioespacial das cidades de hoje, incluindo a cidade de São Paulo. Apesar da riqueza produzida pelas metrópoles onde há maior circulação econômica, maior presença de bens e serviços, elas são os lugares onde se registram os maiores índices de desigualdade socioespacial, com a urbanização mais fragmentada com a tendência virtual da relação centro-periferia desarmoniosa. Portanto, uma boa governança metropolitana deve ser capaz de conciliar os problemas criados pelas metrópoles com as relações centro - periferias afins de diminuir as taxas de desigualdades socioespaciais nas metrópoles.

V. Referências bibliográficas

- BÓGUS, L.M.M & PASTERNAK, S. Metrópoles: Território, coesão social e Governança democrática. São Paulo. Transformações na ordem urbana. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- CARLOS, A.F.A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos Avançados** 23 (66), P.303-314. 2009
- CARVALHO, I.; SOUZA, Â. e PEREIRA, G. Polarização e Segregação Socioespacial em uma Metrópole Periférica. **Cadernos CRH**, vol. 17, no 41, pp. 281-297. 2004.
- CARIOLA, C; LACABANA, M. La metrópole fragmentada. Caracas entre la pobreza y la globalización. **Revista Eure**, Vol. XXVII, n. 80, pp. 9-32, Santiago de Chile, 2001. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612001008000002>
- CAMPOS, H.A.; SOARES, P.R.R.; ARAÚJO, P.X. governança metropolitana frente aos desafios da implementação do estatuto da metrópole : uma reflexão a partir da região metropolitana de Porto Alegre (RS). In: MARX, V & COSTA, M.A. Participação, conflitos e intervenções urbanas: Contribuições à habitat III. Editora UFRGS, 1ª edição, 2016, P.18-42.
- CARRIÈRE, J.P. & MORA, L. de la. Précarité urbaine et fragmentation socio-spatiale au sein des métropoles brésiliennes : le cas de Recife. **Lavoisier | Géographie, économie, société** . Vol 4. N.16, p. 373 - 397. 2014. DOI 10.3166/ges.16.373-397. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-geographie-economie-societe-2014-4-page-373.htm>. Acesso dia 21/06/2022
- CATALÃO, Igor. Fragmentation sociospatiale à Brasília et Curitiba: Villes diferentes, villes inégalitaires. *Confins* [En ligne], 21 | 2014, mis en ligne le 19 août 2014, consulté le 24 janvier 2023. URL : <http://journals.openedition.org/confins/9075> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.9075>
- DUHAU, E; GIGLIA, A. El orden metropolitano contemporáneo: entre la fragmentación y la interdependência. In: _____. *Metrópoli, espacio público y consumo*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 27-62, 2016.
- Veiga, Danilo y Rivoir, Ana (2003), Fragmentación socioeconómica y desigualdades en Uruguay. *Red Académica Uruguay*
- FRESCA, T. M. Uma discussão sobre o conceito de Metrópole. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 31-52, ago./dez. 2011
- FREY, K. Abordagens de governança em áreas metropolitanas da América Latina: avanços e entraves. *Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, v. 4, n. 1, p. 87-102, jan./jun. 2012
- GOMÁ, R. Retos y fragilidades de la gobernanza metropolitana en la era de las metrópolis. **Estado Abierto**. 2(2), pp. 31-48. 2019.
- GRAS, N. S. B. El desarrollo de la economía metropolitana en Europa y en América. In: THEODORSON, G. A. *Estudios de ecología humana*. Barcelona: Editorial Labor, 1974, v. 2, p. 321-335.

HIDALGO, R; BORSODORF, A. Barrios cerrados y fragmentación urbana en América Latina: Estudio de las transformaciones socioespaciales en Santiago de Chile (1990-2000). ResearchGate, 2011

IGLECIAS, W. Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica. Revista brasileira de ciências sociais - vol. 17 no 50.P.47-70. 2002.

JOUVE, B. Governança metropolitana em Europa: um ensayo de tipologia. GAPP nº 24. P.161-176. Mayo / Agosto 2002

MONROY, R. Fragmentación de escala y precarización. Referentes de la estructuración urbana convencional. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 243-264, maio 2015 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3311>

MARQUES, E. Estrutura Social e Segregação em São Paulo: Transformações na Década de 2000. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, no 3, p. 675 a 710. 2014.

MARICATO, Ermínia(org.) (1979) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, ed. Alfa-Omega.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia** Uberlândia-MG v. 22, n. 81. p. 235–248 .jun./2021

PASTERNAK, S & BÓGUS, L.M.M. Mudanças recentes na estruturação socioespacial da Região Metropolitana de São Paulo. In: **Metrópoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática**. São Paulo: Transformações na Ordem Urbana. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. Perfiles latinoamericanos, **Revista de la Sede Académica de México** de la Facultad latino-americana de Ciencias Sociales, 2001. <https://doi.org/10.3406/bagf.2005.2481>

SANTOS, M.de.O. Os caminhos das regiões metropolitanas: avanços e desafios. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, ano 20, nº 51, p. 109-116, setembro-outubro/2019

SELLERS J. M., HOFFMANN-MARTINOT, V. (2008). Metropolitan Governance. United Cities and Local Governments, World Report on Decentralization and Local Democracy. pp. 255-279. Washington, D.C.: World Bank

RAMÍREZ, A. G & SAINZ, K.M.H. La fragmentación urbana y la segregación social. Una aproximación conceptual. **Revista Legado de Arquitectura y Diseño**. Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, n. 14, p. 41-55. 2013

SPOSITO, E.S.& SPOSITO, M. E.B. Fragmentação socioespacial. Mercator, Fortaleza, v.19 , e19015, p.1-13. 2020. ISSN:1984-2201. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19015>

SPOSITO, M.E.B(1955).Espaços fechados e cidades:Insegurança Urbana e Fragmentação socioespacial.1.ed.São Paulo.Editora Unesp Digital,2017.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (ST/ESA/SER.A/420). New York: United Nations.Disponível em:

<https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>. Acesso dia 09/07/2022

VILLAÇA, Flávio. (2000), Espaço Interurbano no Brasil. São Paulo, Nobel.

VILLAÇA, F. São Paulo: A segregação Urbana e Desigualdade. **Estudos avançados** 25 (71), P.37-58. 2011

VEIGA, D. & RIVOIR, A. L, Fragmentación socioeconómica y desigualdades en Uruguay. Red Académica Uruguayana. Analisis e Propuestas. 2003. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/01821.pdf>. Acesso: dia 28/07/2022